

# IMPrensa POLÍtica E APOIO POPULAR ÀS VÉSPERAS DA PRAIEIRA: Lopes Gama e os embates jornalísticos entre 1845 e 1846

Ariel Feldman

(Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Tocantins/Cametá)

Resumo: O objetivo desse texto é elucidar formas pela qual se arregimentava *apoio popular* às vésperas da Insurreição Praieira, atentando para atuação jornalística de Miguel do Sacramento Lopes Gama (1792-1852). É empreendida, primeiramente, uma reflexão historiográfica acerca das intrínsecas relações entre processo eleitoral, o grau de mobilização das campanhas, o crescimento urbano do Recife e a consolidação partidária durante a década de 1840. Depois, é analisada a brusca mudança no posicionamento jornalístico de Lopes Gama, após este aderir ao Partido Praieiro. Por fim, serão feitas reflexões em torno de duas práticas que a imprensa empregou para atingir amplos setores sociais, sobretudo a população não letrada da capital, mas também o mundo letrado: a *utilização de versos* e a veiculação *de historietas populares*.

Palavras-chave: imprensa, apoio popular, eleições.

Resumen: Esa investigación tiene por objetivo hacer un análisis de los modos utilizados para obtener *apoyo popular* en el contexto que precedió la Sublevación Praieira analizando la actividad periodística de Miguel do Sacramento Lopes Gama (1792-1852). En primer lugar se hace un análisis historiográfico sobre la intrínseca relación entre el proceso electoral, el grado de movilización de las campañas, el crecimiento urbano de Recife y la consolidación de los partidos políticos a lo largo de la década de 1840. Después, se analiza el cambio repentino en el periodismo de Lopes Gama cuando él empieza a formar parte del Partido Praieiro. Por último, se examina dos prácticas que la prensa utilizó para ejercer influencia en amplios sectores sociales, sobretudo en la población analfabeta de la capital, pero también en ciertos grupos de intelectuales: el *uso de versos* y la divulgación de *cuentos populares*.

Palabras clave: prensa, apoyo popular, elecciones

Um aspecto ainda hoje fascina os historiadores que estudam a Revolução Praieira. É o fato de que tombaram, no início de fevereiro de 1849, centenas de populares ao lado de gente do primeiro escalão da elite imperial.<sup>1</sup> Pessoas anônimas morreram na batalha, assim como gente da importância de um Nunes Machado, um dos deputados gerais mais atuantes nas tribunas parlamentares durante a década de 1840. O ataque surpresa dos praieiros à capital da província foi marcado pela atuação conjunta de políticos que circulavam pelas instituições mais importantes do Estado nacional com um contingente significativo de homens livres pobres. Esse artigo, ao analisar a atuação pública de Lopes Gama nos anos que antecederam a derradeira derrota praieira nas estreitas ruas do Recife no início de 1849, busca iluminar o entendimento de uma dimensão essencial da política pernambucana às vésperas da praieira: a busca por *apoio popular*.

O foco de nossa análise está na atuação jornalística de um indivíduo que constantemente foi definido, tanto na historiografia como na memória popular pernambucana, como um crítico de costumes, o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama.<sup>2</sup> Aqui pretendemos realçar aquilo que entendemos como a principal dimensão de sua vida, a atividade política, tradicionalmente bastante encoberta por conta da pecha de “costumbrista”<sup>3</sup> a ele atribuída.<sup>4</sup> Conhecido como Padre Carapuceiro, por conta de seu célebre jornal redigido entre 1832 e 1842, ele foi, nos anos 1840, tanto deputado provincial como geral, ainda tendo destacada atuação jornalística, a qual foi fundamental para a arregimentação de *apoio popular* urbano para os praieiros.<sup>5</sup>

Atrair maior número de votantes nos grandes núcleos citadinos poderia fazer a diferença. Como é sabido, os anos quarenta foram marcados pela emergência de uma nova linguagem política que aproximava os jornais aos elementos populares. Contudo, veremos que velhas formas de atrair leitores e correligionários continuaram a ser utilizadas pelos periódicos, sendo, ao bem da verdade, intensificadas e resinificadas. Foram anos de efervescência dos espaços públicos pernambucanos, com uma quantidade enorme de gazetas, recorrentes tumultos nas ruas e uma imensa repercussão daquilo que era discutido tanto na Assembleia Geral quanto na Provincial.<sup>6</sup>

Existe um aspecto do funcionamento político imperial, o *processo eleitoral*, que vincula o funcionamento das *instituições políticas* à busca por *apoio popular*. Já passadas duas décadas de sistema representativo no Brasil, os políticos se deram conta de que sem um amplo trabalho na imprensa visando ter sucesso nos pleitos eleitorais, ficaria inviabilizada qualquer tipo de tentativa de se apoderar do aparato governativo. Não que nas décadas de 1820 e 1830 o processo eleitoral não teve enorme relevância da atividade impressa. É conhecida a acirrada polarização política em Pernambuco ocorrida entre 1829 e 1831, iniciada por conta das eleições para vereadores, juízes de paz e deputados gerais de 1829.<sup>7</sup> O próprio Lopes Gama foi beneficiado eleitoralmente pela atividade jornalística por conta de seu célebre *O Carapuceiro* (1832-1842), tendo em vista que foi o deputado provincial mais votado nas duas primeiras legislaturas provinciais (1835-37 e 1838-39).<sup>8</sup> Dessa forma, percebe-se que imprensa, instituições políticas e processo eleitoral estiveram intrinsecamente ligados desde a Revolução constitucionalista no mundo luso-brasileiro iniciada em 1820. Contudo, algo havia mudado na década de 1840.

Três elementos, na década de 1840, deram novos contornos ao *processo eleitoral*. O primeiro é a *consolidação partidária*. Os partidos políticos foram, aos poucos, adquirindo um caráter nacional, o que nos leva a ter a convicção de que, iniciado o segundo reinado, as

organizações partidárias já possuíam mais harmonia pelo vasto território brasileiro. Se nos primórdios do liberalismo ocidental a existência de partidos era considerada nociva aos interesses da nação, aos interesses da maioria, à vontade geral,<sup>9</sup> aos poucos foi se cristalizando a noção de que os partidos eram organizações essenciais para o funcionamento do sistema representativo. Nunca é demais advertir que o nível de coesão partidária existente no século XX jamais foi observado em meados do XIX. Por fim, cabe ressaltar que contornos provinciais ainda existiam e eram fortíssimos na polarização partidária do início do segundo reinado. Vejamos o exemplo mais emblemático. Os praieiros, teoricamente, eram uma vertente pernambucana do partido liberal. Entretanto, uma das principais lideranças liberais, o pernambucano Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, foi o maior entrave para que os praieiros assumissem o poder na província. Mesmo assim, apesar dessas ressalvas (a coesão partidária de meados do século XIX não era a mesma observada no XX e contornos provinciais ainda eram fortíssimos), o grau de organização partidária da década de 1840 era inédito, o que deu novos contornos para o processo eleitoral.<sup>10</sup>

O segundo elemento que transformou o processo eleitoral na década de 1840 foi o *grau de mobilização das campanhas*. Datam da década de 1830 as primeiras reclamações de Lopes Gama em relação às cabalas, às listas encomendadas e aos arranjos eleitorais. Foram reiteradas, desde o final das regências, as críticas do Padre Carapuço àqueles que pareciam árabes do deserto, que montados em seus cavalos atravessavam o sertão pernambucano para articular votos em colégios eleitorais distantes. Foram reiteradas, desde o final da década de 1830, as ironias de *O Carapuço* àqueles que sofriam de fortes “cólicas” para saber se suas listas encomendadas foram realmente levadas adiante, sendo que o resultado do pleito decepcionava vários desses candidatos, os quais eram logrados por outros mais articulados.<sup>11</sup> Em 1845, Lopes Gama chegou a comentar que havia sido eleito deputado provincial quando as eleições “ainda eram verdadeiramente populares, com tantos votos como nunca ninguém teve em Pernambuco [...]”.<sup>12</sup> Ele se referia ao pleito de 1834. O Padre Carapuço, nessa declaração, além de se vangloriar, mostrava que algo havia mudado em cerca de dez anos. Ao afirmar que na década passada as eleições “ainda eram verdadeiramente populares”, ele pretendia, na verdade, demonstrar que em 1845 elas já não eram mais “verdadeiramente populares”. Ele dava a entender que as eleições, em 1845, eram manipuladas pelo governo. Afirmer que as eleições eram controladas pelo governo central tornou-se um discurso comum a partir de 1840, discurso esse que a historiografia, por vezes, repetiu acriticamente. Afirmer que as eleições eram totalmente manipuladas pelo ministério, ou afirmar o contrário, é algo bastante temerário e merece uma longa discussão historiográfica, a qual aqui será apenas

esboçada. Mas uma afirmação mais ordinária pode ser feita sem receios: a partir do final das regências, o *grau de mobilização das campanhas* era muito maior do que anteriormente. O aumento da violência durante os pleitos, inclusive, está diretamente ligado a essa maior articulação dos partidos para ter uma vitória eleitoral.

Por fim, o terceiro elemento, *o crescimento urbano do Recife*. Se os dois pontos explicitados acima influenciavam as paróquias e os colégios eleitorais do interior, na capital as eleições adquiriram, nos anos de mil oitocentos e quarenta, ainda maior dramaticidade. Um considerável êxodo rural, as obras empreendidas pela gestão de Rêgo Barros e o aumento da burocracia estatal provocaram um inchaço urbano no Recife.<sup>13</sup> O censo de 1828 registrou, nas três freguesias centrais da capital, 25.678 habitantes. O censo de 1855 registrou, por sua vez, 40.997. Se o núcleo urbano da cidade quase dobrou de tamanho entre os dois censos, a população livre aumentou 85%.<sup>14</sup> Tendo em vista que boa parte desses homens livres participava do processo eleitoral, pode-se imaginar o quão agitado se tornava o Recife em dia de pleito. Era quase uma guerra.

O objetivo desse texto é, reiteramos, elucidar formas pela qual se arregimentava *apoio popular* às vésperas da praieira, atentando para atuação jornalística de Lopes Gama. Antes de passarmos para o núcleo de nossa análise, contudo, mais algumas reflexões preliminares são necessárias.

Assim que os partidos políticos foram se consolidando e se mobilizando cada vez mais para terem sucesso nas campanhas eleitorais, foram surgindo as primeiras denúncias de que os pleitos eram farsas.<sup>15</sup> Eram raras as eleições em que denúncias de fraudes não aconteciam, até porque esse tipo de queixa era um artifício político do grupo derrotado. Dessa forma, foi se consolidando a ideia de que o sistema eleitoral do Brasil imperial era facilmente manipulado pelo governo, isto é, pelo partido que estivesse no ministério. Essa noção foi cristalizada pela emblemática obra de Francisco Belisário Soares de Souza, redigida em 1872, e atravessou todo o século XX.<sup>16</sup> Importantes historiadores de diferentes gerações, como Sérgio Buarque de Holanda e José Murilo de Carvalho, reiteraram a imagem de que o partido no poder facilmente conseguiria a vitória eleitoral.<sup>17</sup>

Que o governo central exercia enorme influência no resultado das eleições é impossível negar. Que a posse dos ministérios e da presidência nas províncias era a principal arma em uma eleição é também impossível negar. Por fim, é impossível negar que as leis do regresso, sobretudo a reforma do código de processo criminal, conferiram enorme força para o ministério influenciar o resultado do pleito. O governo tendia a ser o vencedor das eleições. O problema dessa formulação, a de que o poder central tinha imensa capacidade de manipular o

resultado das urnas, é que a complexidade do processo eleitoral tende a ser desprezada como objeto de estudo. Como explicar a importante vitória eleitoral dos praieiros em 1844 quando estes ainda não haviam se apoderado da presidência da província? Como explicar as pancadarias e a intensa mobilização para a eleição dos juízes de paz e dos vereadores em 1844 tendo como referencial a noção de que as leis do regresso conferiram poderes eleitoreiros majestáticos aos delegados e subdelegados nomeados pela presidência?<sup>18</sup> Por fim, como explicar a intensa busca por apoio popular se os pleitos eram facilmente manipulados pelo partido no poder?<sup>19</sup>

Partimos aqui do pressuposto de que o sistema político imperial era altamente complexo. Vários fatores influenciavam para se obter uma vitória eleitoral e assumir os cargos governativos. Ter o maior número de juízes de paz em uma província ainda era fundamental, visto que este magistrado leigo, mesmo com seus poderes drasticamente diminuídos, ainda compunha a junta de qualificação de votantes.<sup>20</sup> Dominar importantes câmaras municipais também era imprescindível, visto que elas finalizavam a apuração dos votos e enviavam os resultados para a capital da província.<sup>21</sup> Ter cadeiras no senado era imprescindível, como bem demonstra a batalha que foram as eleições senatoriais em Pernambuco entre 1846 e 1848, assim como a conflituosa ratificação dessas eleições.<sup>22</sup>

### **O caminho de Lopes Gama rumo à Praia**

É preciso, antes de qualquer análise, entender o posicionamento de Lopes Gama dentro das disputas partidárias pernambucanas. Até o pleito eleitoral de 1844, Lopes Gama esteve ao lado dos baronistas.<sup>23</sup> Já jubilado, isto é, aposentado, de sua cadeira de retórica recebida em 1817, recebeu do Barão, em 1840, nova cadeira, desta vez a de Eloquência Nacional e Literatura do Liceu Pernambucano.<sup>24</sup> Em 1843, o Padre Carapuiceiro figurava, juntamente com o Barão da Boa Vista e seus mais proeminentes aliados, na lista de sócios da Sociedade dos Melhoramentos Industriais de Pernambuco.<sup>25</sup> Até 1845, ele comportou-se como deputado provincial fiel aos baronistas.<sup>26</sup>

Entre setembro e outubro de 1844, Lopes Gama colaborou no periódico *O Pernambucano*. Este jornal, além de ser portador de um projeto educacional moralista-religioso semelhante ao de *O Carapuiceiro*, se ocupou, sobretudo, do assunto que afligia a província naqueles meses, as eleições.<sup>27</sup> Sendo escrito ao mesmo tempo em que transcorriam as violentíssimas eleições que ficaram conhecidas como o “fecha-fecha”, o jornal propunha modificações nas leis eleitorais. Em síntese, suas propostas eram semelhantes às já defendidas

por Lopes Gama em *O Carapuceiro* a partir de 1837.<sup>28</sup> O direito de eleição, segundo *O Pernambucano*, “deve-se estreitar-se, ou alargar-se na proporção do número dos habitantes de que se compõem as classes afligidas de ignorância, e de miséria”. Ainda segundo o jornal, duas regras eram utilizadas pelos países livres: “1ª o estado notório de dependência pessoal, ou a domesticidade: 2ª o pagamento de impostos mais, ou menos elevados.” Seguindo esse raciocínio, concluiu *O Pernambucano* com um questionamento: “Como pois admitir a votar pelo interesse geral a quem justamente se presume que é incapaz de o conhecer e não se acha em estado de conformar com ele seu voto?”.<sup>29</sup>

Não sendo um jornal panfletário, de crítica direta, *O Pernambucano* procurou diferenciar-se da violenta imprensa praieira nascida em 1842. Era uma estratégia muito semelhante da utilizada pelo *Carapuceiro* no contexto da abdicação de D Pedro I, no início da década de 1831. Mesmo que em seu número inicial *O Pernambucano* fizesse questão de se dizer apartidário, o recado aos praieiros, que aliciavam os baixos estratos sociais para vencer as eleições, era claro:

Poderá desenvolver-se o espírito nacional, quando astutos aventureiros procuram aterrá-lo com grados atroadores de revolução e anarquia, alistando debaixo de suas verde-negras bandeiras os proletários, a gente ignóbil, e afugentando das urnas (arca santa da liberdade!) os cidadãos pacíficos, os proprietários, os industriais para substituí-los [sic] por entes imaginários, ou cegos instrumentos do seu furor demagógico?<sup>30</sup>

Era a típica linguagem da imprensa guabiru, a qual comumente acusava os praieiros de anárquicos, revolucionários e demagógicos.

Talvez o artigo de *O Pernambucano* de crítica mais direta aos praieiros foi “Qual será o partido Nacional.” Futuramente, este escrito seria atribuído a Lopes Gama.<sup>31</sup> Tratava-se de uma clara ironia ao nome oficial do partido praieiro, o Partido Nacional de Pernambuco:

No meio das divergências, em que ora luta Pernambuco em tempos de eleições, cada um dos partidos apregoa e grita pelas suas buzinas periódicas que só ele é o *partido Nacional*. Mas qual d’eles é o que verdadeiramente merece a denominação de Nacional? Bem pode ser que o partido Nacional seja o que se conserve calado, aflito, antolhando o desastroso futuro e lastimando amargurado, os iminentes males da pátria.<sup>32</sup>

Não obstante, essas eleições, muito provavelmente, foram o motivo para que Lopes Gama debandasse para o lado da Praia. Já militando nas fileiras praieiras, sendo acusado de ser traidor e trãnsfuga, ele procurou se explicar:

Sim, esses Snrs. Cavalcantis atraçoaram-me torpemente. Eu lhes falei com a maior franqueza sobre a mesma candidatura: eles fizeram-me as mais

solenes promessas de coadjuvarem-me com todas as suas forças; mas o que praticaram? Compuseram duas listas (o snr. Nabuco bem sabe como estas cousas se fazem) uma de mostrar, outra de valer. Para alguns colégios onde sabiam que tinha algum parente ou amigo lá ia meu nome; mas com uma cruzinha na testa para sinal de que podia ser substituído por outro qualquer; e para a maior parte dos colégios nem isso. Uma dessas listas veio ter a minha mão juntamente com a carta que a acompanhava; e então foi que me desenganei de que era ludibriado; e traído por esses senhores. Ainda assim traguei silencioso o cálix da amargura, encerrei no coração o agravo, porém calei-me até que no *Diário de Pernambuco*, hoje um dos principais órgãos dos Snrs. Cavalcantis, foi publicado aquele insultuoso ofício do snr. Lourenço Cavalcanti d’Albuquerque Maranhão contra a minha honra e a de meu irmão.<sup>33</sup>

É bastante verossímil esse relato de Lopes Gama, até porque ele aparece, durante o pleito de 1844 em uma lista de candidatos baronistas à deputação geral publicada na imprensa.<sup>34</sup> Durante a sessão legislativa da Assembleia Provincial de 1845, transcorrida entre fevereiro e maio, ele realmente não manifestou sua mudança de partido. Muito pelo contrário, ele votou junto com maioria da deputação provincial, que era então guabiru.<sup>35</sup> Contudo, nos debates de 1845, já transparecia um nítido ressentimento de Lopes Gama com Nabuco de Araújo. O Padre trocou ironias constantes com o futuro “estadista do império”.<sup>36</sup>

A demora do Padre Carapuceiro em mudar de partido não se explica apenas pelo seu gesto de, silencioso, tragar o “cálix da amargura”. Sua demora em aderir à Praia também não pode ser explicada apenas pela referida carta publicada no *Diário de Pernambuco* insultando a ele e a seu irmão. No primeiro semestre de 1845, ainda não havia condições políticas para ele mudar de partido. Isso só aconteceu depois que Chichorro da Gama assumiu a presidência, em julho desse ano, e depois que Lopes Gama foi eleito deputado geral pelas Alagoas, em agosto. Se ele não conseguiu ser eleito na chapa baronista por Pernambuco em 1844, ele conseguiu, com ajuda do irmão, ser eleito pela província vizinha.<sup>37</sup> Assumindo a cadeira apenas em 1846, ele ajudou a aumentar bancada praieira na Assembleia Geral de 11 para 12 deputados.<sup>38</sup>

Conflitos violentos ocorreram em Pernambuco e adjacências não apenas entre novembro de 1848 e fevereiro de 1849, periodização usual da Insurreição Praieira. Os conflitos ocorreram de forma contínua desde meados da década, tanto no campo como nas cidades, tanto em Pernambuco como em suas adjacências. No final de 1844, irrompeu nas Alagoas o conflito entre *Lisos* e *Cabeludos*.<sup>39</sup> Assim eram conhecidas as facções políticas da província ao sul de Pernambuco. Liderados por João Lins Vieira Cansação de Sinimbu e tendo estreitos vínculos com os baronistas pernambucanos, os Cabeludos gozavam de situação confortável com o governo de Bernardo de Souza Franco (julho a dezembro de

1844). Aproximando-se as eleições gerais no final desse mesmo ano, vendo que estavam em posição desvantajosa, os *Lisos* invadiram Maceió. Tudo indica que a ajuda das tropas cabanas de Vicente de Paula foi importante nessa invasão. Estes eram os sobreviventes da Guerra dos Cabanos (1832-1835). Eram índios, ex-escravos e caboclos que viviam isolados da civilização às margens do rio Jacuípe, no alto sertão alagoano. *Lisos* e *Cabeludos* acusaram, reciprocamente, seus inimigos de contarem com a ajuda de Vicente de Paula. Com a província em guerra, o irmão de Lopes Gama, Caetano Maria Lopes Gama, recebeu do gabinete liberal a missão de pacificar as Alagoas. Ele teve sucesso em sua missão, mas acabou por beneficiar os *Lisos*, que mantinham boas relações com os praieiros. Presidindo a província entre dezembro de 1844 e julho de 1845, Caetano Maria Lopes organizou as eleições. Seu irmão, o Padre Carapuceiro, foi eleito em terceiro lugar, com 939 votos.<sup>40</sup>

No dia primeiro de setembro de 1845, o *Diário de Pernambuco*, o principal periódico baronista, publicou a referida carta de Lourenço Cavalcanti de Albuquerque Maranhão, proprietário de Águas Belas, região de fronteira entre Pernambuco e Alagoas. Era uma carta dirigida ao então presidente da Alagoas, Henrique Marques d'Oliveira Lisboa, o sucessor de Caetano Maria Lopes Gama. Referindo-se às anistias concedidas por este último, o missivista afirmou que

aqueles policiantes anistiados cujas garantias tiveram princípio pelo Sr. Lopes Gama [Caetano Maria]; que por interesses particulares, cujos V. Ex.[Lisboa] os não ignora, como de deputação a seu irmão [Padre Carapuceiro] e outras cousas, de que se colige que por isso foi dada a escápula a Vicente Ferreira de Paula para o fim de com os seus satélites fazerem as eleições.<sup>41</sup>

Dois dias depois, o Padre Carapuceiro respondeu, valendo-se pela primeira vez de um jornal praieiro, o *Diário Novo* (o mais importante veículo impresso da Praia). Primeiramente, o Padre Carapuceiro defendeu seu irmão da acusação de se valer da ajuda de Vicente de Paula para realizar as eleições. Exaltando seu irmão como um anjo pacificador da província vizinha, surgindo “nos mares de Maceió como um santelmo no meio da tempestade”, ele explicou que “como sobre ele [seu irmão], não pudessem recair os sufrágios populares, por um testemunho de gratidão adotaram-me por um de seus candidatos.” Depois de demonstrar que seu irmão não era capaz de realizar nenhuma irregularidade nem violência para manipular as eleições, ele concluiu afirmando: “acresce a tudo isso que eu tive a honra de ser um dos recomendados do governo”.<sup>42</sup>

Alguns dias depois, no 23º aniversário da independência do Brasil, Lopes Gama iniciou a publicação do jornal *O Sete de Setembro* pela Tipografia Imparcial, a mesma que



imprimia os principais jornais praieiros. Sua conversão estava efetuada. Foi uma mudança muito significativa no teor do ideário político do Padre Carapuceiro, pois ele teve que aderir a diversas diretrizes da pregação jornalística praieira. Seus inimigos talvez não estivessem totalmente destituídos de razão ao dizer que as opiniões de Lopes Gama em *O Sete de Setembro* não eram verdadeiramente dele, mas cópias das ideias da Praia. “[...] Não senti o que dizeis [...]” – acusavam seus opositores – “[...] que opinião são hoje as vossas senão a reprodução fiel, a cópia servil daquilo que os demais periódicos da Praia já tem dito [...]”.<sup>43</sup> Exageros à parte, há realmente uma mudança significativa no teor dos escritos jornalísticos de Lopes Gama, visto que para ser praieiro era preciso aproximar-se dos setores populares.

### **Um jornalismo de matiz popular**

Primeiramente, é preciso alertar o leitor que *O Sete de Setembro*, a principal fonte usada como base para os próximos subtítulos, não existe mais nos arquivos (apenas uma edição restou). Dessa forma, nos valem das longas transcrições do jornal que Amaro Quintas fez em sua obra *O Padre Lopes Gama político*,<sup>44</sup> dos comentários que o jornal *O Lيدador* fez em relação ao periódico de Lopes Gama – foi comum esse jornal guabiru escrever uma seção intitulada “Revista dos jornais da Praia”, na qual resumia e contestava as ideias dos jornais praieiros – e das transcrições de artigos de *O Sete de Setembro* feitas pelo *Diário Novo*.

Em segundo lugar, é preciso fazer algumas considerações a respeito do caráter popular atribuído à Praia. Como bem notou Joaquim Nabuco, “não se pode deixar de reconhecer no movimento praieiro a força de um turbilhão popular”.<sup>45</sup> Esse apelo popular que teve o partido praieiro em Pernambuco, contudo, já recebeu interpretações bastante diversas da historiografia. Caio Prado Júnior (1933) enxergou a Praieira como nossa revolução burguesa fracassada.<sup>46</sup> Amaro Quintas, no contexto do início da Guerra Fria, postulava que a Praieira foi uma revolução com duplo sentido social, isto é, mescla de aspirações populares com ideias socialistas.<sup>47</sup> Já Edison Carneiro (1960) afirmou que a Praia “não era um grupo isolado de homens mais ou menos ambiciosos, em busca de posições políticas”, mas “um partido norteado por sólidos princípios ideológicos, de caráter democrático-burguês”.<sup>48</sup>

Invertendo o foco de análise do social para o político, Isabel Marson e Nancy Naro, na década de 1980, buscaram averiguar a hipocrisia da pregação praieira. Em síntese, essas historiadoras acreditam que a Praia buscava angariar apoio popular com intenções meramente

políticas e partidárias, em uma luta de duas facções oligárquicas. Para elas, a luta entre praieiros e guabirus era um embate entre dois grupos de grandes proprietários.<sup>49</sup>

Recentemente, contudo, há uma corrente analítica que busca unir a faceta política à faceta social da Praieira. Sem desprezar o caráter de luta oligárquica do embate, sem desprezar as intenções partidárias e interesseiras da imprensa praieira, essa corrente busca entender as motivações que levaram milhares de populares a pegar em armas. Segundo essa corrente, as camadas populares não escravas regeram sua participação no movimento praieiro seguindo seus próprios anseios e aspirações, agindo com relativa autonomia em relação à elite patronal, no campo, e em relação às lideranças políticas (sobretudo deputados e jornalistas), nas cidades.<sup>50</sup>

Nossa análise parte do ponto de vista dessa terceira corrente historiográfica. É improvável que as lideranças praieiras tenham iludido, durante quase uma década, inertes e passivos homens livres pobres. A relação entre as lideranças praieiras e a população era uma via de duas mãos. Os líderes, jornalistas e deputados, ofereciam suas ideias. Os populares aceitavam essas ideias se as achassem interessantes. Por outro lado, porém, o embate entre baronistas e praieiros não pode deixar de ser visto como uma querela entre partidos pelo poder na província. A disputa pelo controle do aparato governativo foi uma das essências do jogo político da década de 1840.

A praieira foi, portanto, um movimento político e social.

Ao cooptar o Padre Carapuceiro, a Praia ganhava um reforço de peso na frenética atividade jornalística que agitava o Recife. Lopes Gama, afinal, era um dos mais renomados publicistas da província. O furor com que os jornais baronistas o atacaram, quando ele “virou a casaca”, demonstra que não era pouca sua importância no debate político. Se os escritos de Lopes Gama em *O Sete de Setembro* não eram exatamente a “reprodução fiel, a cópia servil daquilo que os demais periódicos da Praia já têm dito (...)”,<sup>51</sup> como acusou violentamente a imprensa guabiru, ele teve que flertar com as principais ideias da imprensa praieira.

Entre o final da década de 1830 e início da de 1840, Lopes Gama buscou diminuir a relevância do elemento democrático no sistema político brasileiro.<sup>52</sup> Como bem ele frisou nessa época, era preciso “monarquizar mais nossas instituições”.<sup>53</sup> O Padre Carapuceiro, antes de aderir à Praia, fez recorrentes propostas para diminuir a importância dos votantes de paróquia no jogo eleitoral. Era necessário, segundo o Lopes Gama pré-praieiro, aumentar as exigências censitárias dos eleitores, de modo que só os mais capazes e aqueles que não dependiam de outrem para viver, pudessem eleger os representantes da nação. Como bem frisou Lopes Gama em 1839, “onde há pobreza, não se dá independência; pois é já mui sabido

que *quando a necessidade entra pela porta, a virtude escapa-se pela janela* [grifos de Lopes Gama].”<sup>54</sup>

Ao se tornar praieiro, contudo, ele mudou completamente de postura. Afinal, o jornalismo praieiro girava em torno de um objetivo: aproximar-se dos homens livres pobres da capital. Já foi destacado, na introdução desse artigo, o inchaço urbano pelo qual passou o Recife entre 1820 e 1840. Tendo em vista que a atividade jornalística, acima de tudo, atingia o mundo urbano, era para os votantes primários (e também homens livres pobres não votantes) que os jornais praieiros direcionavam sua atenção.<sup>55</sup>

Demonstrando a superioridade do pobre em relação ao rico em vários aspectos, Lopes Gama escreveu, em outubro de 1845:

Ponde o pobre em lugar do rico, e vereis que raramente valerá mais e muitas vezes será pior que este por chegar menos preparado ao seu novo estado. A diferença entre eles não é diferença de natureza, senão de posição social. A mesma miséria do pobre aparta deste muitas tentações, que perpetuamente salteiam ao rico, impelido sobre um despenhadeiro pelo enojo, triste filho da ociosidade. Pelo contrário aquele, que ao despertar pela manhã só cuida como há de passar o dia ele, e sua família, não pode alargar os seus desejos para fora desse círculo estreito [...] naturalmente lhe abrem o coração para apiedar-se das mesmas necessidades, das mesmas angústias do seu próximo[...]<sup>56</sup>

Em outra ocasião, Lopes Gama criticou a interpretação do Ato Adicional, a qual, segundo ele, “caracteriza a política do regresso” e “foi um meio indireto para reformar a Constituição, e nulificar o elemento democrático”.<sup>57</sup> Na sequência, ele acusou os guabirus de ensinar “que o povo nada tinha que atender aos negócios públicos, que cuidasse somente do trabalho e da indústria”. Dessa forma, Lopes Gama dava a entender que o povo deveria fazer o contrário, isto é, participar ativamente da vida pública.<sup>58</sup> Por conta desse tipo de opinião, *O Lidador*, jornal baronista, acusou o Padre Carapuceiro de desprezar os “proprietários e industriais (...), dando elevação e preferência aos proletários, aos desordeiros, aos criminosos (...)”.<sup>59</sup> Pouco tempo depois, Lopes Gama regozijava-se com a manifestação de rua feita pelos praieiros no dia 2 de dezembro de 1845: “há muito tempo se não vê nesta cidade uma parada tão luzida, tão cheia, tão numerosa (...)”.<sup>60</sup>

Em março de 1847, Lopes Gama publicou um artigo intitulado “O que se deve entender por canalha”. Segundo ele, esse termo era empregado, muitas vezes, de forma equivocada. Ele considerava “canalha” a gente vil pelas ações, não pela fortuna. “Se a Aristocracia na aplicação conservasse toda a sua força etimológica” – escrevia Lopes Gama – “isto é; se fosse o governo, ou preponderância da gente melhor, eu me prezara de

Aristocrata”. “Mas” – prosseguia ele ironizando nas entrelinhas a família Cavalcanti – “querer um homem superiorizar-se dos demais sem outro título mais, do que o dizer-se descendente de pais nobres[...], no século 19 é cousa inadmissível”. Lopes Gama criticava os sujeitos que se consideravam fidalgos com reverendas falsas e chamavam a todos de canalha. Para ele, essa desprezível pretensa nobreza acreditava que ser pobre e canalha era a mesma coisa. Não – contestava o padre jornalista – as pessoas não deveriam ser consideradas pela fortuna, mas pelas ações. Havia fidalgos, segundo ele, cheios de vícios, e pobres pacíficos e de bem. A pobreza não era um vício, concluía Lopes Gama. Canalha, segundo ele, era a gente de mau proceder, quer fosse fidalgo ou mecânico, rico ou pobre. Canalha, seguia ele ironizando a nata aristocrática guabiru, era quem furtava escravos. Era ridículo, em sua opinião, o homem vicioso que arrotava nobreza e chamava a todos de canalha. Abaixo, seguem as últimas linhas do artigo, as quais demonstram a conversão de Lopes Gama a um jornalismo popular:

[...] se esses aristocratas burlescos entendem, que o mesmo é ser povo, que canalha, advirtam, que fora do Imperador, e sua Augusta Família, tudo mais é povo, uns mais, outros menos qualificados, estes ricos, aqueles pobres, uns empregados públicos, outros não, uns, que vivem da agricultura, outros do comércio, quem de suas rendas, quem de sua arte, &c., todos cidadãos, todos iguais perante a lei.<sup>61</sup>

Demonstrada a conversão de Lopes Gama a um jornalismo de matiz popular, o qual buscava atingir, sobretudo, os votantes primários do Recife, bem como os homens livres pobres não votantes, é preciso verificar algumas das formas usadas para arregimentar apoio popular, notadamente as estratégias para se aproximar dos *setores não letrados da sociedade*, alertando que as fronteiras entre o mundo alfabetizado e alfabetizado eram extremamente fluidas.

### **Atingindo os setores não letrados da sociedade: velhas práticas, novas proporções**

A principal novidade que as disputas partidárias em Pernambuco trouxeram para a cultura política oitocentista foi, sem sombra de dúvidas, a realização dos *meetings*. Este consistia na presença de um orador estabelecendo contato com uma multidão em um espaço público. O tamanho de um *meeting* dependia apenas do poder da voz do orador.<sup>62</sup> Provavelmente, Lopes Gama não foi protagonista de nenhum desses encontros populares, pois

já era quase um sexagenário às vésperas da praieira. Não por isso ele deixou de se envolver em violentas polêmicas. Contudo, ele não participou dessas agressivas intrigas discursando em comícios populares. Ele polemizou com seus adversários através da tradicional imprensa panfletária. As práticas adotadas pelos jornalistas não eram novas. Elas já vinham sendo utilizadas desde o surgimento da imprensa periódica no Brasil. Só que, na década de 1840, essas práticas atingiram proporções maiores. O Recife era muito maior e a quantidade de periódicos, assim como sua periodicidade, também.

Destacaremos duas práticas que visavam atingir amplos setores sociais, sobretudo a população não letrada da capital: a *utilização de versos e de historietas populares*.

É preciso destacar que a busca por aproximação popular não era característica exclusiva da imprensa praieira. Os guabirus, apesar de seu ideário representar, em alguns aspectos, particularidades de um partido mais aristocrático, também se esforçaram, e muito, para arregimentar o apoio dos homens livres e pobres da cidade. Prova disso é o fato de que eles iniciaram com a prática dos *meetings*. Ademais, as práticas jornalísticas que iremos analisar na sequência foram, talvez, até mais utilizadas pelos baronistas do que pelos praieiros. Talvez por isso a invasão praieira ao Recife, em fevereiro de 1849, não teve a adesão em massa esperada pelas lideranças rebeldes, pois os guabirus também foram, em alguns aspectos, um partido popular.

Publicar *versos* na imprensa periódica já era prática tradicional. Por exemplo, Lopes Gama publicara, em 1832, *A Columneida* (Poema herói-cômico em quatro cantos).<sup>63</sup> Era uma divertida sátira aos *colunas*,<sup>64</sup> que haviam perdido o seu monarca. Ele também publicou, ao longo dos dez anos de existência de *O Carapuceiro*, vários poemas. Utilizar a linguagem versada era uma forma de aproximar-se do público não letrado. A publicação quase que diária de poemas tanto pela imprensa praieira quanto pela guabiru indica uma constante tentativa dos jornalistas de se aproximar do público analfabeto. Era muito mais fácil ler um poema rimado em público, num botequim ou numa taverna, do que ler um extenso editorial em prosa. O verso lido em público era capaz de fazer a palavra escrita multiplicar-se em maior proporção do que a prosa. Um jornal, dessa forma, não atingiria apenas um leitor, mas um grupo maior de pessoas.<sup>65</sup>

O período em que Lopes Gama publicou *O Sete de Setembro* foi talvez um dos mais férteis na prática de vincular imprensa panfletária a versos rimados. Como temos apenas fragmentos desse jornal, demonstraremos essa intensa atividade jornalístico-poética mais através dos ataques guabirus ao Padre Carapuceiro. Foram quase que diárias as acusações ao Padre Carapuceiro em forma de verso. A mudança brusca de partido foi uma das temáticas

preferidas dos guabirus para tentar desqualificar Lopes Gama. Abaixo segue uma breve biografia jornalística do Padre em forma de soneto, a qual, no título, fez um trocadilho com o jornal que ele então escrevia:

### **O Sete Caras**

Frei Miguel quando foi *conciliador*<sup>66</sup>  
Uma cara política exibiu  
Segunda, e, diferente se lhe viu  
No *Sonambulo*<sup>67</sup> vil, *perturbador*.

Três caras teve no *Harmonizador*<sup>68</sup>  
Pelo qual belos cobres engulio  
A quarta cara, quando redigiu  
O vão *Federalista*.<sup>69</sup> –Oh! Céus! Qu’horror!

Quatro caras diversas só contaís!  
Ei-lo *Carapuceiro*, a ser sem ser,  
Do regresso, da fé, dos liberais!

Somaram cinco: a sexta veio a ter  
No seu *Pernambucano*,<sup>70</sup> ainda quis mais,  
No *Sete de Setembro*, as sete encher.<sup>71</sup>

A *Carranca*, jornal baronista, entre fins de 1845 e início de 1846, publicou mais de um poema por edição agredindo, achincalhando e detratando Lopes Gama. Eis mais um exemplo:

### **Epílogo**

Quem sempre foi infiel?  
Miguel.  
Quem é o maior cata-vento?  
Sacramento.  
Quem só vive dando topes?  
Lopes.  
Fabriquem de cortiço um monumento,  
Quem fique à prumo em pedestal de lama,  
E com as letras de chifre então se leia,  
M. do S. L. Gama.<sup>72</sup>

A agressividade dos poemas era uma marca registrada das publicações de *A Carranca*. Aspectos fantasiosos também eram bastante utilizados. Enfim, tudo o que pudesse mexer com o imaginário popular era uma importante arma. Ilustra bem essa associação entre fantasia e agressividade um soneto feito em “homenagem” ao aniversário de Lopes Gama:

### **Aos anos de frei Miguel**

Anos fez hoje o bandoleiro Gama,  
Esse infame baldão do Sacerdócio,  
Eterno Gomorreu, eterno sócio  
Da torpe Venus, de quem reza a fama.

Esse frade, este autor de negro Trama,  
Com Deus, Com S. Miguel não quer negócio  
E Rojando este frade em torpe ócio,  
Mil virtudes de audaz proclama.

Este frade, ao nascer, viu sobre teto  
Da casa, em que grunhiu a vez primeira,  
Uma coruja de feio, enorme aspecto.

Serviu-lhe a tal coruja de parteira,  
E em prova de que lhe teve afeto,  
O dom lhe conferiu da maroteira.<sup>73</sup>

Outra acusação recorrente a Lopes Gama, feita em prosa e verso, era a de que ele recebia honorários de Chichorro da Gama para escrever em *O Sete de Setembro*. Essa acusação chegou até a repercutir na Assembleia Geral, com o Padre Carapuço defendendo-se na tribuna.<sup>74</sup>

**Frei Miguel mandando receber o salário, que percebe pela redação do *Sete de Setembro*.  
*Duas quadrinhas somente.***

Meu negro, vai a polícia,  
Corre já, corre sendeiro,  
Vai dizer ao comandante,  
Que mande o meu dinheiro.

Dize lá ao meu amigo,  
Que se findou o quartel;  
Que por força de seu trato,  
Se lembre de fr. Miguel.<sup>75</sup>

A *Carranca*, jornal que ocupava metade de sua edição com poemas desse gênero, demonstrava que havia intensa circularidade entre o que era discutido na Assembleia Provincial e o que era veiculado nos periódicos. No mesmo número em que publicou as duas quadrinhas transcritas acima, ironizou, em verso, um projeto de Lopes Gama que pretendia tributar os donos de coqueirais:

**Uma das maravilhosas pariduras do tremedor Beneditino, na assembleia provincial, foi lembrar a imposição d'um tributo sobre os coqueiros, e aqui temos, em que pararam os vastíssimos conhecimentos deste economista à polka. Os coqueiros rebelaram-se, desde então, e um deles lhe dirige a palavra.**

*O coqueiro a frei Miguel.*

Sendo eu livre, dei aos homens  
O tronco, as folhas, o fruto:  
Um frade achou, que era pouco,  
Quis que eu pagasse um tributo.

Ele vive à rédea solta,  
Vive, e morre dissoluto;  
Come aquilo, que não ganha,  
Mas eu, que pague um tributo.  
[...] <sup>76</sup>

Apenas para ilustrar com um último exemplo, talvez um dos mais violentos ataques a frei Miguel, segue uma décima que provavelmente repercutiu nos espaços públicos:

Certa menina seduz  
O frade carapuceiro,  
Para dar-lhe sem dinheiro  
Do Francês alguma luz.  
Fiou-se ela no capuz,  
Mas coitada! se perdeu!  
Tais lições lhe o frade deu  
Que semeando Francês,  
Ao cabo do nono mês  
Um Brasileiro nasceu! <sup>77</sup>

É difícil precisar com que frequência Lopes Gama se valeu do mesmo recurso para debater com seus opositores. Como já observamos, o que restou de *O Sete de Setembro* é altamente fragmentado. É de se presumir, contudo, que ele, como professor de retórica que era, e bom dominador das métricas em verso, não se furtou em responder a seus adversários com uma saraivada de poemas. Amaro Quintas transcreveu apenas duas composições versadas de Lopes Gama publicadas em *O Sete de Setembro*. A primeira, em latim, e a segunda é a que segue abaixo:

#### **Aos guabirus**

Amigos guabirus, façamos pazes,  
Basta de tanto insulto, e remoela;  
Afora uns furtozinhos (bagatela!)  
Vocês, aqui p'ra nós, são bons rapazes.

Este mundo moral tem suas fazes:  
Se hoje estamos nós de refestela,  
Pilhando-se amanhã vocês na sela,  
De qu'escaramuças não serão capazes!

Além disto vocês muito comeram;  
Para alguns té sobrou, que foi p'ra o saco,  
Bastante pão de ló em si meteram.



Basta dessa cobiça de macaco:  
Por sete anos já vocês s'encheram;  
Deixem os mais também tirar seu taco.<sup>78</sup>

Se não sobraram registros em quantidade de versos de Lopes Gama escritos às vésperas da Praieira, outro tipo de abordagem com enorme apelo popular foi possível detectar. Algumas *historietas populares* ocuparam a imprensa por dias seguidos. Eram acontecimentos jocosos que provavelmente deveriam ter grande aceitação nos espaços urbanos. Por exemplo, um bezerro nascido nos arredores do Recife foi o assunto predileto de vários jornais praieiros por meses a fio. É que, segundo os gracejos populares, o bezerro havia nascido de pera. Assim era chamado um corte de barba tradicional à época, o qual foi associado aos guabirus.

Segundo Lopes Gama, era “o uso pera o distintivo convencional desse círculo [baronistas], vês que é raro o indivíduo da legítima influência que não a traga e não só os parentes, como os aderentes e até os pobrezinhos moradores nos seus engenhos”. Ainda segundo Lopes Gama, em uma festa de Santo Amaro que foi um tremendo sucesso, o “Torres distribuidor e vendedor da Carranca, armou por lá seu barracão, para onde afluiu a gente guabiru. Dizem que ali se via cada barba, e cada pera capazes de desmamar meninos.” Para frei Miguel, “bem raro é o homem que se assine Rego-Barros, e Cavalcanti, que não diga mui ufano, e puxando pela comprida vassoura ou pera – ‘eu sou baronista, que é o partido da ordem’”. Acrescentava ele que “até os pobrezinhos moradores nesses engenhos têm preceito positivo de trazer a tal vassoura, sob pena de serem imediatamente despejados.”<sup>79</sup>

Em outra ocasião, Lopes Gama escreveu um artigo intitulado “O privilégio das peras” e contou um caso chistoso. O vapor do Dr. Tacques, uma das proeminências guabirus, sofreu um desastre e os passageiros tiveram que se dirigir por terra ao Recife. Conta frei Miguel que “como se aproximasse a noite [Tacques] dirigiu-se ao engenho Trapiche do Cabo”, mas lá “não estava o snr. Barão [da Boa Vista].” Pedindo abrigo ao administrador do engenho, este “medindo-o do alto a baixo disse-lhe: o snr. não é amigo, nem partidista do barão; porque não traz pera.” Resultado: Tacques foi obrigado, segundo Lopes Gama, a dormir na casa de bagaço.<sup>80</sup>

Voltemos, pois, ao caso do bezerro de pera. Lopes Gama relata a historietta que repercutiu, e muito, na imprensa:

Há poucos dias, picando-se uma vaca no açougue, achou-se na barriga um monstrinho que tem admirado a todo mundo. O corpo é de bezerro, mas a cabeça e cara é muito semelhante ao homem, e dá risos de macaco; porém o

que mais tem espantado é o molho de cabelos compridos, tal e qual uma pera, que trouxe por baixo do lábio inferior! E o certo é que não há quem tire da cabeça do povo que o tal mostrengo é do partido da ordem, e filho de guabiru. Até já lhe dão o pai, que realmente é um próximo com feições de boi e queixos de burro; e anda com uma pera grisalha, que parece vassoura de timbó que acabou de limpar cinza!<sup>81</sup> Alguns porém porfiam que é filho de *Veras* de outro guabiru [...]. Quem sabe pois se cá o nosso fenômeno do bezerrinho com cara de gente e pera de guabiru é anuncio sobrenatural, para que se conheça que os tais guabirus não são do agrado de Deus? [...] embora os filósofos e fisiologistas queiram explicar o fato lá a seu modo e segundo as suas hipóteses, ninguém tira ao povo a cisma de que a tal vaca tinha concebido d'um guabiru, desses de pera ou vassoura extraordinária [...] As Sagradas Letras nos referem que por causa de pecados contra a natureza foram destruídas pelo fogo as cidades de Sodoma, e de Gomorra. Não é menor pecado d'um guabiru ter filho d'uma vaca.<sup>82</sup>

A historieta do bezerro de pera repercutiu na imprensa de forma exemplar. Surgiu até um periódico intitulado *O Bezerro de Pera*, o qual durou apenas dois números.<sup>83</sup> *A Carranca*, tentando inverter a situação, afirmou que Lopes Gama era o progenitor do bezerro. O jornal guabiru lembrou um caso de um leitão monstruoso nascido no Poço da Panela em outubro de 1835. Lopes Gama tinha um sítio nessa periferia do Recife, sendo logo associado a esse leitão e, por conseguinte, ao bezerro de pera.<sup>84</sup> Outro jornal baronista chegou a acusar a polícia praieira de não se ocupar em outra coisa que não fosse averiguar as origens misteriosas do bezerro de pera.<sup>85</sup>

Referências que flertam com o fantástico foram comuns na imprensa da época, tal como a história do demônio que apareceu a Lopes Gama quando ele estava dormindo e lhe colocou uma pílula debaixo da língua. O Padre teria acordado e “de uma tiraca escreveu doze números de *O Sete de Setembro*”.<sup>86</sup> Frei Miguel também se valeu de recursos semelhantes, como, por exemplo, quando buscou explicar o tipo de rato que eram os guabirus. Ele afirmou saber que “as lagartas ou ninfas transmudam-se em borboletas”. No entanto, nunca havia lido “que espécie alguma de quadrúpede estivesse sujeita a essas mudanças (...)”. Assim, se o “guabiru entre nós é uma espécie de rato grande, tendo de metamorfosear-se, não poderá ser naturalmente, senão um morcego e dos tais vampiros que chupam sangue à gente (...)”.<sup>87</sup>

Dessa forma, nem só de diatribes políticas viveu a imprensa pernambucana da década de 1840. Defender a nacionalização do comércio a retalho, realizar pregações lusofóbicas, dialogar com a classe dos artistas mecânicos e inserir elementos do socialismo utópico não eram as únicas formas de angariar apoio popular.<sup>88</sup> Outros elementos que visavam atingir a população não letrada (e também letrada!) fizeram parte das estratégias jornalísticas da época. Explorar as interfaces da cultura escrita com a cultura oral era essencial na disputa entre praieiros e guabirus.

\*\*\*\*\*

Entre setembro de 1845 e março de 1846, Lopes Gama participou dos debates jornalísticos mais agressivos e intensos de toda sua vida pública. A agressividade da linguagem empregada pelos periódicos esteve diretamente relacionada com a violência nas ruas. No dia 31 de março de 1846, foi publicado o último número de *O Sete de Setembro*, no qual Frei Miguel defendia a candidatura de Chichorro da Gama a senador, pois as eleições se aproximavam.<sup>89</sup> No dia 15 de abril, ele partiu, juntamente com um escravo, num vapor rumo ao Rio de Janeiro. Ele viajava à corte pela segunda vez na vida para assumir a cadeira de deputado geral pelas Alagoas.<sup>90</sup>

A atuação política de Lopes Gama, resume, de alguma forma, o funcionamento dos espaços públicos que estavam sendo construídos no Brasil da primeira metade do século XIX. Se entre setembro de 1845 e março de 1846, sua atuação esteve diretamente ligada à imprensa popular e às agitações urbanas do Recife, ao longo de 1846 sua ação se daria nas tribunas Assembleia Geral da nação. Ao atuar publicamente como jornalista e como deputado, o Padre Carapuiceiro se inseria, tal como pensou Habermas, nos espaços públicos estruturantes da modernidade política, ou seja, imprensa e parlamento.<sup>91</sup> Ele pode, portanto, ser considerado, a um só tempo, agente construtor desses espaços e ator social que sofreu a influência da emergência de uma esfera pública. Por um lado, ele contribuiu com a construção dessa íntima relação entre as ruas, os jornais e as assembleias legislativas que publicam seus atos e suas discussões. Por outro lado, ele se inseria nesses espaços abertos pela revolução constitucionalista luso-brasileira iniciada em 1820, valendo-se de sua condição de letrado e de mestre de retórica para ocupar um novo lugar social só possível após a Era das Revoluções (1789-1848).<sup>92</sup>

Assim, se no período em que redigiu *O Sete de Setembro* (setembro de 1845 a março de 1846) Lopes Gama buscava, acima de tudo, atingir o público não letrado da capital, votantes e homens livres pobres não votantes, assumindo, a partir de abril de 1846, a condição de deputado geral por Alagoas pelo partido Liberal, sua atuação passou a se concentrar na tribuna. Cabe ressaltar, contudo, que esses espaços públicos estavam, todos eles, interconectados. Uma fala parlamentar saía dos Anais do Parlamento e era levada à imprensa. Um discurso parlamentar, dessa forma, poderia ser a palavra de ordem de uma manifestação de rua. Como demonstramos nesse artigo, essa circularidade entre esses espaços públicos – assembleias legislativas, imprensa e rua – era extremamente dinâmica, pois era ressignificada

por todos os estratos sociais, inclusive a população não letrada, votantes e homens livres pobres não votantes.

---

<sup>1</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de; CÂMARA, Bruno Dornelas. A insurreição praieira. *Almanack Brasiliense*. São Paulo: nº 8, pp. 6-7, novembro de 2008.

<sup>2</sup> As obras aqui listadas em ordem cronológica contribuíram para a construção da memória de Miguel do Sacramento Lopes Gama como um “costumbrista”, encobrimdo, de alguma forma, a dimensão política de sua vida: COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Vocabulário Pernambucano*. Recife: Editora do Brasil, 1976 [1937]; CASCUDO, Luiz da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo Global, 2003 [1954], pp. 614-615; Idem. *Antologia do folclore brasileiro*. São Paulo: Global, 2003 [1943], pp. 186-187; MONTENEGRO, Olívio. *Memórias do Ginásio Pernambucano*. Recife: Imprensa Oficial, 1943, p. 14; VALENTE, Waldemar. *O padre Carapuço: crítica de costumes na primeira metade do século XIX*. Recife: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, 1969, p. xxix-xxxiv.

<sup>3</sup> O termo “costumbrista” foi utilizado por Evaldo Cabral de Mello para caracterizar o jornal *O Carapuço* (1832-1842) e é oriundo da literatura e do jornalismo espanhol. Cf. Evaldo Cabral de Mello. (org.). *O Carapuço: crônicas de costumes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, pp. 7 e 10.

<sup>4</sup> FELDMAN, Ariel. *Espaço público e formação do Estado nacional brasileiro: a atuação política do Padre Carapuço*. 2013. 351p. Tese de doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

<sup>5</sup> As primeiras biografias de Lopes Gama foram publicadas na imprensa periódica logo após sua morte: ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Mata e. Biografia do falecido Cônego da Capela Imperial o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama. In: *Diário de Pernambuco* (30/abril/1853); Uma lágrima sobre o túmulo do nosso amigo Reverendíssimo Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama. In: *O Liberal Pernambucano* (11/novembro/1852) - agradeço a Bruno Dornelas Câmara pelo envio desse jornal. Seguiram-se os seguintes verbetes sobre a vida de Lopes Gama (em ordem cronológica): LUNA, Lino do Monte Carmelo. *Memória Histórica e Biográfica do Clero Pernambucano*. Pernambuco: Typografia de F. C. de Lemos e Silva, 1857, pp. 100-102; COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981 [1882], p. 727; CARVALHO, Alfredo de. Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama. In: *Almanaque de Pernambuco para o ano de 1904*. Recife: Imprensa Industrial, 1904, p. VIII.

<sup>6</sup> Para um gráfico com a quantidade anual de jornais entre 1822 e 1848, comparando o Rio de Janeiro com Pernambuco, cf. FELDMAN, Ariel. *op. cit.*, p. 13 (gráfico 1 e 2).

<sup>7</sup> Cf. CARVALHO, Marcus J. M. de. *A República dos Afogados: a volta dos liberais após a Confederação do Equador*. In: *Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História*. Florianópolis, 1999; Idem. “Aí vem o capitão-mor”: As eleições de 1828-1830 e a questão do poder local no Brasil imperial. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*. Niterói: v. 7, n. 13, pp. 157-187, 2002.

<sup>8</sup> Cf., FELDMAN, Ariel. *op. cit.* pp. 87-204.

<sup>9</sup> PRZEWORSKI, Adam. Consensus and Conflict in Western Thought on Representative Government. Revised paper prepared for the 2006 *Beijing Forum*, 2006.

<sup>10</sup> Os estudiosos, normalmente, entendem que os partidos imperiais começaram a se configurar a partir de 1837, com a queda de Feijó. A partir de então, entendem os especialistas, os partidos se consolidam como um mecanismo importante das instituições políticas brasileiras. Cf. NEEDDELL, Jeffrey. *The party of order: the conservatives, the state, and slavery in the Brazilian monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006, pp. 73-117; CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / Relume-Jumara, 1996. Cf. também CASTRO, Paulo Pereira de. Política e administração entre 1840 e 1848. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

<sup>11</sup> *O Carapuço* nº 19, 39, 42, 43 e 46 (1842). Todos os exemplares de *O Carapuço* publicados entre 1832 e 1842 foram publicados em edição fac-similar. Cf. GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. *O Carapuço*. (3 vols.). Edição Fac-similar da Coleção do Jornal (1832-1842). Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983.

<sup>12</sup> *O Sete de Setembro* nº 22 (1845), apud. *O Lidor* nº 71 (6/dez/1845). A coleção mais completa de *O Lidor* se encontra na Biblioteca Nacional.

<sup>13</sup> Sobre as reformas urbanas lideradas pelo Barão da Boa Vista, cf. GUERRA, Flávio. *O Conde da Boa Vista e o Recife*. Recife: Fundação Guararapes, 1973; PARAHYM, Orlando. *O Conde da Boa Vista*. Separata do Caderno Moinho do Recife. Edição de janeiro de 1971; FREYRE, Gilberto. *Engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960; ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho*. A formação do espaço público no

Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas, 2004; MARSON, Isabel. *Revolução Praieira*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 17.

<sup>14</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de; CÂMARA, Bruno Dornelas. A insurreição praieira, *op. cit.*, p. 27.

<sup>15</sup> *O Carapuceiro* é exemplar nesse sentido. Cf. FELDMAN, Ariel. *op. cit.*, pp. 230-243. Cf., também, SABA, Roberto N. P. F.. As eleições do cacete e o problema da manipulação eleitoral no Brasil monárquico. In: *Almanack*. Guarulhos: n.02, p.126-145, 2º semestre de 2011.

<sup>16</sup> SOUZA, Francisco Belisário Soares de *O sistema eleitoral no Império: com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889*. Brasília: Senado Federal, 1979.

<sup>17</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. T. II, v. 5. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974, p. 222; CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras, op. cit.*, p. 401.

<sup>18</sup> Cf. JUNIOR, Manoel Nunes Cavalcanti. *Praieiros, guabirus e “populaça”*: as eleições gerais de 1844 no Recife. Dissertação de mestrado (História). Recife: UFPE, 2001, pp. 91-94.

<sup>19</sup> Recentemente, alguns historiadores vêm relativizando essa afirmação por vezes simplificadora de que o governo central detinha total controle sobre os pleitos. Cf. DOLHNIKOFF, Miriam. Representação na monarquia brasileira. In: *Almanack Brasiliense*. São Paulo: n.9, p.43, maio de 2009; SABA, Roberto N. P. F. Saba. *op. cit.*; ROSAS, Suzana Cavani. Eleição, cidadania e cultura política no Segundo Reinado. In: *Clio. Série História do Nordeste* (UFPE), Recife, v. 20, p. 83-103, 2004.

<sup>20</sup> Como já foi mencionado, a enorme mobilização para a eleição dos juízes de paz em 1844 demonstra a importância que eles ainda exerciam na vida política imperial. JUNIOR, Manoel Nunes Cavalcanti. *op. cit.*, pp. 91-94.

<sup>21</sup> Dois exemplos ajudam a comprovar a enorme importância das câmaras municipais no processo eleitoral. Em março de 1844, Urbano Sabino Pessoa, eminência praieira, fez uma denúncia na Assembleia Provincial, quando ela ainda era dominada pelos baronistas. Segundo ele, a Câmara Municipal de Igarassu fradou as atas eleitorais e modificou profundamente o resultado geral das eleições. *Diário de Pernambuco* nº 65, 66 e 67 (18,19 e 20 de março de 1844), sessões de 15 e 16 de março. No final dos trabalhos legislativos da Câmara dos Deputados em 1846, mesmo em época de supremacia praieira, a Câmara do Recife, reduto baronista, conseguiu emplacar a admissão do Visconde de Goiana como deputado suplente por Pernambuco. *Annaes do Parlamento Brasileiro* (Câmara dos Srs. Deputados), sessões de 25 e 26 de agosto.

<sup>22</sup> Pernambuco precisava preencher duas vagas no Senado, visto que haviam falecido Antônio Carlos de Andrada e Silva e José Carlos Mayrink Ferrão. Os praieiros elegeram, dentro da lista tríplice, seus candidatos por duas vezes, a primeira em 1846 e a segunda em 1847. Os candidatos praieiros conseguiram, inclusive, a indicação imperial, mas essas duas eleições foram anuladas pelo senado, o qual tinha a prerrogativa de fiscalizar a entrada dos novos membros da casa.

<sup>23</sup> **Baronista** era a alcunha do grupo rival aos praieiros, por conta da liderança do Barão da Boa Vista, Francisco do Rego Barros, que foi presidente da província entre 1837 e 1844. A outra famosa alcunha era **Guabiru** que, segundo Lopes Gama, são uns “ratinhos estonteados”. Tratava-se de apelido político pejorativo que tinha como objetivo desqualificar o oponente. Cf. *O Sete de Setembro* nº 19, apud. QUINTAS, Amaro. *O Padre Lopes Gama político*. Recife: Imprensa Universitária, 1958, p. 60.

<sup>24</sup> Biografia do falecido cônego da capella imperial, o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama. In: *Diário de Pernambuco* nº 97 (30/04/1853). Segundo um jornal guabiru, de 1846, o qual acusava Lopes Gama de ingrato ao Barão, essa cadeira no Liceu foi criada apenas para o “agasalhar”. *A Carranca* nº 55 (3/jan/1846). Ambos os periódicos foram consultados no acervo da Biblioteca Nacional.

<sup>25</sup> *Diário de Pernambuco* nº 41 (20/fev/1843). Consultado na Biblioteca Nacional.

<sup>26</sup> Segundo acusações posteriores, Lopes Gama colaborara no jornal *O Artilheiro*, no qual fez severas críticas aos praieiros. Lopes Gama negou essas acusações. *O Lidador* nº 68 (25/nov/1845). Outra denúncia feita *a posteriori*, acusava Lopes Gama de ter chamado, na imprensa, os praieiros de “rapazes turbulentos”. *O Lidador* nº 77 (15/jan/1846). Por fim, uma última acusação feita posteriormente foi a de que frei Miguel, em 1842, prometera publicar um jornal chamado *Bellerofonte*. O título do jornal seria uma alusão ao herói mítico Belerofonte, o qual lutou contra outra figura mítica, a Quimera. Segundo a acusação, Lopes Gama associaria, dessa forma, a Praia à Quimera. Segundo essa acusação, não saindo ele deputado geral em 1844, esqueceu-se do *Bellerofonte* e foi chegando-se à Quimera. *A Carranca* nº 67 (05/mar/1846). Periódicos consultados no acervo da Biblioteca Nacional.

<sup>27</sup> Juntamente com Lopes Gama, colaborava em *O Pernambucano* Francisco João Carneiro da Cunha, José Bento da Cunha Figueiredo e Pedro Autran da Matta e Albuquerque. Este último, colega de Lopes Gama como lente do Curso Jurídico de Olinda, ficou conhecido pela sua militância religiosa a partir da década de 1850. CARVALHO, Alfredo de. *Annaes da imprensa periódica pernambucana de 1821-1908*. Recife: Typografia do Jornal do Recife, 1908, p. 187; NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco*. v. IV. Recife: UFPE, 1969, p. 206. Para a militância católica de Autran da Matta e Albuquerque cf. LARA, Tiago Adão. *Tradicionalismo Católico em Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 1986.

- <sup>28</sup> Cf. FELDMAN, Ariel. *op. cit.*, pp. 230-243.
- <sup>29</sup> *O Pernambucano* nº 4 (20/set/1844). Periódico consultado no acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.
- <sup>30</sup> *O Pernambucano* nº 1 (2/set/1844).
- <sup>31</sup> Acusação feita pelo jornal *O Lidador* (5/nov/1845). Periódico consultado no acervo da Biblioteca Nacional.
- <sup>32</sup> *O Pernambucano* nº 4 (17/out/1844).
- <sup>33</sup> *O Sete de Setembro* (07/nov/1845), apud. QUINTA, Amaro. *O Padre Lopes Gama político, op. cit.*, p. 80.
- <sup>34</sup> *O Guararapes* nº 15 (21/set/1844), apud. JUNIOR, Manoel Nunes Cavalcanti. *op. cit.*, anexo IV.
- <sup>35</sup> FELDMAN, Ariel. *op. cit.*, pp. 274-283.
- <sup>36</sup> Cf. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco do anno de 1845*. Pernambuco: Typographia da Província, 1889, pp. 59-61, 111-113 e 136-139. Consultado no Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.
- <sup>37</sup> O resultado final das eleições para deputados gerais pelas Alagoas foi publicado no *Diário Novo* nº 175 (11/ago/1845). Lopes Gama agradece aos eleitores alagoanos no nº 180 (18/ago/1845). Consultado na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.
- <sup>38</sup> Lopes Gama sofreu diversas acusações por ter trocado de partido, tanto na imprensa como na tribuna parlamentar. Cf. *A Carranca* nº 42, 46, 52, 53, 54, 55, 56, 64 e 67 (1845/1846); *O Lidador* nº 68, 71, 73, 77 e 81; *Annaes do Parlamento Brasileiro* (Câmara dos Srs. Deputados), sessão de 13 de julho de 1846.
- <sup>39</sup> A origem desses apelidos tem relação com o longo período de hegemonia conservadora (1837-1844). Com poucos cargos governativos e perdendo quase todas as eleições na província, os opositoristas alagoanos foram chamados de *lisos*, isto é, sem emprego, sem poder, sem influência etc. O termo *liso* também indicava, à época, uma pessoa sem cabelos no corpo. Dessa forma, por oposição, os adversários políticos dos *lisos* foram apelidados de *cabeludos*.
- <sup>40</sup> COSTA, Craveiro. *O Visconde de Sininbú*. Sua vida e sua atuação na política nacional (1840-1889). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, pp. 109-141; ALMEIDA, Luís Sávio de. *Memorial biográfico de Vicente de Paula, o capitão de todas as matas: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana*. Maceió: Edufal, 2008; LINDOSO, Dirceu. *A utopia armada*, pp. 64-65; ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1965, pp. 193-194; *Diário Novo* nº 5, 60, 69, 90, 278 (1844), 170 e 180 (1845).
- <sup>41</sup> *Diário de Pernambuco* nº 193 (1/set/1845). A carta tem data de 6 de agosto e, em síntese, criticava tanto a administração de Caetano Maria Lopes Gama como a de Oliveira Lisboa por demitir uma série de oficiais da guarda nacional e armar subdelegados com fins eleitorais. Periódico consultado na Biblioteca Nacional.
- <sup>42</sup> *Diário Novo* nº 194 (03/set/1845). Essa discussão ainda continuou no nº 202, quando Lopes Gama respondeu a insinuações (feitas pelo *O Lidador* nº 51) que buscavam demonstrar que seu irmão era baronista; no nº 218, quando Lopes Gama respondeu a uma carta publicada pelo jornal *Voz Alagoense* nº 4. Periódicos consultados, respectivamente, na Biblioteca Nacional.
- <sup>43</sup> *O Lidador* nº 62 (29/out/1845). Periódico consultado na Biblioteca Nacional.
- <sup>44</sup> *Op. cit.*
- <sup>45</sup> NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: H. Garnier, sem data. Tomo I, p. 102.
- <sup>46</sup> JÚNIOR, Caio Prado. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 2007 [1933].
- <sup>47</sup> QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. Este livro de Quintas é, ao bem da verdade, uma coletânea de escritos produzidos desde o fim da Segunda Guerra, como, por exemplo: O espírito quarante-huitard da Revolução Praieira. In: *Revista de História*. São Paulo, s.n., 1959.
- <sup>48</sup> CARNEIRO, Edison. *A insurreição Praieira*. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.
- <sup>49</sup> NARO, Nancy. *The prairie revolt in Brazil*. [1981]; MARSON, Isabel Andrade. *Movimento prairieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Editora Moderna, 1980; Idem. *O Império do Progresso: revolução prairieira*. São Paulo: Brasiliense, 1987. Não foi possível ter acesso à obra de Naro, sendo que o comentário acima feito em relação a sua pesquisa é baseado em observações de outros autores, sobretudo Marcus J. M. de Carvalho e Bruno Dornelas Câmara em “A insurreição prairieira”, *op. cit.*
- <sup>50</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de; CÂMARA, Bruno Dornelas. A insurreição prairieira. In: *op. cit.*; CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da *Revolução*: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 23, nº 45, pp. 209-238, 2003; JÚNIOR, Manoel Nunes Cavalcanti. *op. cit.*; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas Câmara. O Recife e os motins antilusitanos nos anos que antecederam a Insurreição Praieira: o aprendizado protesto popular e outras variações. *Cadernos de História*. Recife: Ano IV, nº 4, UFPE, 2010.
- <sup>51</sup> *O Lidador* nº 62 (29/out/1845). Periódico consultado na Biblioteca Nacional.
- <sup>52</sup> Cf. FELDMAN, Ariel. *op. cit.*, pp. 230-243.

- <sup>53</sup> *Diário de Pernambuco* nº 63 (18/março/1836). Periódico consultado na Biblioteca Nacional.
- <sup>54</sup> *O Carapuceiro* nº 52 (17/dezembro/1839) e nº 53 (20/dezembro/1839).
- <sup>55</sup> Concordamos aqui com Izabel Marson, que acredita que a imprensa do período tinha repercussão, acima de tudo, no mundo urbano. *Movimento praieiro. op. cit.*, pp. 53-65.
- <sup>56</sup> *O Sete de Setembro* nº 17 (04/nov/1845), apud. QUINTAS, Amaro. *O Padre Lopes Gama político. Op. cit.*, pp. 33-34.
- <sup>57</sup> *O Sete de Setembro* nº 14 (1845), apud. *O Lidador* nº 66 (12/nov/1845). Crítica semelhante foi feita no *O Sete de Setembro* nº 19 e 21 (1845), apud. respectivamente, *O Lidador* nº 68 (25/novembro/1845) e nº 73 (dez/1845).
- <sup>58</sup> *O Sete de Setembro* nº 14 (1845), apud. *O Lidador* nº 66 (12/nov/1845).
- <sup>59</sup> *O Lidador* nº 68 (25/novembro/1845). Periódico consultado na Biblioteca Nacional.
- <sup>60</sup> *O Sete de Setembro* nº 26 (1845), apud. *O Lidador* nº 76 (23/dez/1845).
- <sup>61</sup> *O Carapuceiro* nº 4 (12/março/1847). Entre março e setembro de 1847 Lopes Gama publica a última fase de *O Carapuceiro*. Foram 25 números publicados sem periodicidade regular. Lopes Gama, provavelmente, escreveu os manuscritos antes de embarcar para o Rio de Janeiro e assumir a cadeira de deputado geral, pois a publicação de vários exemplares é concomitante à sua atividade legislativa na corte durante o ano de 1847.
- <sup>62</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de; CÂMARA, Bruno Dornelas. A insurreição praieira. In: *op. cit.*, p. 31.
- <sup>63</sup> *A Columneida*. Poema herói-cômico em quatro cantos (1832). O original não foi encontrado. Existem apenas longos trechos citados nessas duas obras: DELGADO, Luís. *Lopes Gama: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Agir, 1958; CARVALHO, Alfredo de. Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama. In: *Almanaque de Pernambuco para o ano de 1904*. Recife: Imprensa Industrial, 1904.
- <sup>64</sup> **Colunas** foi a alcinha política dada aos membros da *Coluna do Trono e do Altar*, sociedade secreta que existiu em Pernambuco no final da década de 1820 e início da de 1830, a qual flertava com o ideário absolutista, em particular com absolutismo ibérico, notadamente o movimento miguelista português.
- <sup>65</sup> Desde o trabalho de Mikhail Bakhtin, *Cultura Popular na Idade Média: o contexto de François Rabelais* (São Paulo: Hucitec, 2010 [1941, 1965]), proliferaram-se estudos que buscavam entender as interfaces entre a cultura letrada e a analfabeta. Bakhtin rompeu com as fronteiras que os estudiosos enxergavam entre a cultura erudita e a popular. Os principais trabalhos que desdobraram a noção de circularidade cultural preconizada por Bakhtin concentram suas atenções para o período do Antigo Regime. Dentre esses, destacam-se: GUINZBURG Carlo. *Queijos e vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007 [1975]; CHARTIER, Roger. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora Unesp, 2004 [1987]. Para o período do Brasil imperial, Marco Morel explorou de forma interessante as interfaces entre a cultura oral e a escrita. MOREL, Marco. *Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830*. In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ-Sete Letras, 2002; Idem. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005, pp. 223-240.
- <sup>66</sup> *O Conciliador Nacional* foi o jornal escrito por Lopes Gama entre 1822 e 1825.
- <sup>67</sup> *Sonâmbulo* foi o pseudônimo utilizado por Lopes Gama na imprensa entre 1829 e 1831.
- <sup>68</sup> Esse soneto é a única referência a Lopes Gama como redator de *O Harmonizador*, periódico da Sociedade Patriótica Harmonizadora, a qual existiu no início das regências.
- <sup>69</sup> Lopes Gama colaborou em *O Federalista* no início da década de 1830.
- <sup>70</sup> Como vimos nesse artigo, periódico no qual Lopes Gama colaborou em 1844.
- <sup>71</sup> *A Carranca* nº 55 (1/jan/1846). Periódico consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
- <sup>72</sup> *A Carranca* nº 46 (25/nov/1845).
- <sup>73</sup> *A Carranca* nº 51 (10/dez/1845).
- <sup>74</sup> Cf. FELDMAN, Ariel. *op. cit.*, pp. 305-314.
- <sup>75</sup> *A Carranca* nº 53 (17/dez/1845).
- <sup>76</sup> *A Carranca* nº 53 (17/dez/1845). O projeto de Lopes Gama que visava tributar os donos de coqueirais está nos *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco do anno de 1845. op. cit.*
- <sup>77</sup> *A Carranca* nº 61 (31/jan/1846). Entre outubro de 1845 e abril de 1846 em praticamente todas as edições de *A Carranca* foram publicados poemas detratando Lopes Gama.
- <sup>78</sup> *O Sete de Setembro* nº 39 (23/jan/1846), apud. QUINTAS, Amaro. *O Padre Lopes Gama político. op. cit.*, p. 39. O poema em latim está no nº 28 (12/dez/1845), pp. 70-71. Amaro Quintas afirma que Lopes Gama não descia tanto o tom quanto seus adversários, isto é, não usava doestos agressivos e violentos. O historiador, entretanto, em nenhum momento afirma se frei Miguel se furtou de usar a linguagem versada. Em *A Carranca* nº 55 (3/jan/1846) há uma referência a um poema-herói-cômico que Lopes Gama escreveu para ridicularizar a família Cavalcanti.
- <sup>79</sup> *O Sete de Setembro* nº 43 e 46 (fev/1846), apud. QUINTAS, Amaro. *O Padre Lopes Gama político. op. cit.*, p. 61.-64.

<sup>80</sup> *O Sete de Setembro* nº 22 (21/nov/1845) e nº 26(5/dez/1845), apud. QUINTAS, Amaro. *O Padre Lopes Gama político. op. cit.*, pp. 64-65.

<sup>81</sup> Provavelmente trata-se da descrição física de alguma eminência guabiru que não conseguimos identificar.

<sup>82</sup> *O Sete de Setembro* nº 49 (27/fev/1846), apud. QUINTAS, Amaro. *O Padre Lopes Gama político. op. cit.*, pp. 61-62.

<sup>83</sup> CARVALHO, Alfredo de. *Anais da imprensa periódica pernambucana de 1821-1908. op. cit.*, p. 195.

<sup>84</sup> *A Carranca* nº 67 (5/mar/1846).

<sup>85</sup> *O Lidador* nº 92 (11/mar/1846).

<sup>86</sup> *A Carranca* nº 57 (14/jan/1846).

<sup>87</sup> *O Sete de Setembro* nº 43 (6/fev/1846). Marco Morel notou que, tanto no Brasil como na França, foi comum associar inimigos políticos a animais. Conferir seu interessante estudo sobre a questão em *As transformações dos espaços públicos. op. cit.*, pp. 83-95.

<sup>88</sup> Cf. FELDMAN, Ariel. *op. cit.*, pp. 288-298.

<sup>89</sup> Nº 38 (o único exemplar que restou nos arquivos).

<sup>90</sup> *Diário Novo* nº 82 (1846).

<sup>91</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

<sup>92</sup> HOBBSAWM, Eric J.. *A Era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2006.